

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO COTIDIANO ESCOLAR

Autora: Istefanny Arianiz Benedito de Bem Coautora: Adriana Varello de Oliveira; Coautora
Luciléa Gomes Beserra Tomaz; Coautora: Nivea Maria do Nascimento da Silva;
Orientadora: Prof^a Mirta Furtado da Costa

Universidade Estadual da Paraíba; E-mail: arianizstefanny0@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba; E-mail: adrianaavelo@hotmail.com

Instituto Federal do Rio Grande do Norte; E-mail: lucyepedagoga2016@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba- PPGE; E-mail: niveasilva.pb@outlook.com

RESUMO: O presente artigo está fundamentado em uma proposta pedagógica atual e coerente com as afirmações apresentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96, de acordo com o disposto no artigo 26 das disposições gerais, que regulamenta a obrigatoriedade do estudo da história da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental público e/ou privado. A proposta ora apresentada neste trabalho defende que os conteúdos programáticos deverão incluir na formação do educando, estudos sobre os grupos étnicos, afro-brasileiros e indígenas, tais como o estudo da África e dos africanos, apresentando aos estudantes a luta do povo indígena e dos negros no Brasil. O texto traz uma breve reflexão sobre o livro didático e apresenta propostas para as aulas, propõe que os educadores devem apresentar a importância da cultura negra e indígena na formação da sociedade, mostrando para os alunos as contribuições e influências dessas culturas nas áreas sociais, políticas e econômicas. Este trabalho contribui para a construção de novas concepções e práticas educacionais no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais no ensino de história e da cultura afro-brasileira. Mediante um contexto, no qual as questões de políticas educacionais são bastante discutidas, pensar a diversidade étnico-racial significa somar avanços para o exercício da cidadania, para a melhoria da qualidade do ensino no país, numa sociedade plural, com grande diversidade de riquezas étnicas, e uma população formada por afrodescendentes, brancos e índios. Trata-se de uma proposta educativa que redimensiona os sujeitos envolvidos, para o conhecimento da nossa identidade, contribuindo para o respeito, a igualdade, diversidade étnico-racial e fortalecimento de práticas de sociabilidade e de coletividade.

Palavras-chave: Educação étnico-racial, cidadania, identidade, igualdade.

INTRODUÇÃO

Este artigo está fundamentado em uma proposta pedagógica atual baseado nas propostas apresentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96 e de acordo com o disposto no artigo 26 das disposições gerais, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental público e/ou privado. A proposta ora apresentada defende que os conteúdos

programáticos deverão incluir na formação do educando, estudos sobre os grupos étnicos, afro-brasileiros e indígenas, tais como o estudo da África e dos africanos, apresentando aos estudantes a luta do povo indígena e dos negros no Brasil, também deve ser apresentada a cultura negra e indígena na formação da sociedade, mostrando para os alunos as contribuições dessas culturas nas áreas sociais, na economia, sem deixar oculto a influência na política.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico Raciais, altera a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelece a implementação da Lei nº 10.639/03, bem como a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. De acordo com o que foi dito logo nas primeiras apresentações do material das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, constatamos uma afirmação muito ligada aos principais objetivos deste trabalho quando trata que,

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (p. 7)

No contexto atual, no qual as questões de políticas educacionais são bastante discutidas, pensar a diversidade étnico-racial significa somar avanços para o exercício da cidadania, para a melhoria da qualidade do ensino no país, numa sociedade plural e em suas riquezas étnicas, formada por afrodescendentes, brancos e índios. As crianças precisam ser educadas para respeitar as etnias, conhecê-las e desde as primeiras etapas da educação seguir estas mesmas linhas de pensamento.

De acordo com o princípio da autonomia que é assegurado pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, torna-se desafiadora a tarefa de desenvolver propostas que auxiliem profissionais da área da educação a instituírem no ambiente escolar de vivências das crianças desde cedo, o compartilhamento de experiências que possibilitem a aprendizagem de práticas de sociabilidade, o conhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial existente em nosso país e, levando para o lado mais próximo do estudante, o respeito ao próximo e a valorização das diferenças daqueles com quem convive diariamente.

Desde as primeiras etapas da educação básica, as crianças precisam obter informações sobre a importância do respeito ao outro, devendo também ser orientadas a ter boas relações sociais com todos que integram a sociedade numa perspectiva de valorização das diversidades existentes. É preciso que estas se tornem conhecedoras do seu papel na sociedade com o objetivo de fortalecer concepções que viabilizem a valorização da história afro-brasileira no desenvolvimento da sociedade, tendo em vista que a história da África se constitui parte integrante dos conhecimentos culturais necessários para a construção da identidade da criança, considerando seus anseios e sua vivência de maneira democrática e igualitária.

Segundo II MA 2003 ao trabalhar o aspecto cultural e histórico das diferenças é preciso minimizar as contradições existentes, os pontos negativos atribuídos à raça negra e apresentar o verdadeiro reflexo da história, as informações escondidas, moldadas e excluídas dos livros didáticos que fazem crescer ainda mais os estereótipos que a sociedade desenfocada conhece, tendo em vista que,

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias aparece m vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se assim uma interiorização datada. A eficácia dessa mensagem, especialmente na formação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real. O modelo repetido marca a população como produtora e atrapalha uma ampliação dos papéis sociais pela proximidade com essa caracterização, que embrulha noções de atraso. (II MA, 2005, p. 103)

Pensando assim surge à urgência da inserção do tema a partir da Educação Infantil, período em que o aluno começa a encarar as diferenças com respeito à diversidade, tanto na escola, quanto na vida. Faz-se necessário que a escola e o currículo escolar contribuam para que a criança possa aprender desde muito cedo a enxergar a diversidade sociocultural brasileira e valorizá-la como patrimônio do seu povo, agindo com respeito a todos que fazem parte da sua vida social.

O PAPEL DO PROFESSOR: REFLEXÕES ACERCA DA LEI 10.639/03

Como base no que propõe a LDB nº 9.394/1996, os educadores devem desenvolver com os educandos atividades que venham desenvolver suas potencialidades nos aspectos cognitivo, afetivo e psicomotor. Aos educadores compete ainda, o compromisso com a

construção de uma identidade que se inicia na escola e se estendendo em outros ambientes sociais que os estudantes participem. Os profissionais da educação ocupam um papel essencial na formação das crianças, uma vez que estes trazem para o cotidiano escolar o ensino da história afro-brasileira e apresenta a luta do povo negro, fazendo uma discussão acerca dos caminhos possíveis para a construção da identidade, da tradição africana e o papel da linguagem no tocante ao processo de interação da criança com a literatura e com o sentimento de pertencimento desta em relação ao seu grupo étnico racial.

Cabe aos educadores diminuir ou erradicar, mesmo sendo um processo complexo, as representações distorcidas desta temática que frequentemente está presente nos livros didáticos, por exemplo, o que resulta em contextos escolares marcados pelo preconceito e pelo fracasso escolar dos nossos alunos que pertencem a esse grupo. O problema é que os professores desenvolvem os conteúdos propostos em seus livros didáticos e trabalham com os alunos as explicações de acordo com o determinado pelo material didático da escola fornecido pelo MEC, sem muitas vezes questionar as informações expressas, mas é preciso compreender que o livro didático é apenas uma das ferramentas que pode ser utilizada no processo de ensino, e não único meio.

No entanto, sabe-se que a cada quatro anos os professores se reúnem para escolha do livro didático a ser usado com os alunos, e por uma questão que ainda requer questionamentos, muitos profissionais acabam adotando livros que não condizem com a realidade cultural, nem possui relação com o contexto de vida dos alunos e acabam reproduzindo o conteúdo programático do livro didático em sala de aula, sem avaliar se este propõe uma valorização da história afro-brasileira, ou se somente aponta os afrodescendentes como escravos. Na maioria das vezes, esse recurso didático apresenta paradigmas que diferem da verdadeira identidade e da real influência do povo negro no Brasil. Este é um dos desafios que se deve estabelecer para a construção de uma educação que fortaleça a consciência étnica racial. Nas introduções do material das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos deparamos com um parágrafo que ilumina os rumos e as metas deste trabalho quando aponta que:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm também como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos

níveis de ensino, e escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. (Dretrizes, p 11, BRASIL, Ministério da Educação)

LEI 10.639/03 NO COTIDIANO ESCOLAR

Mediante nosso atual contexto, trataremos sobre a Lei nº 10.639/03- MEC, que altera a Lei de Diretrizes e Bases e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da lei que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a trajetória do povo negro na construção e formação da sociedade brasileira. As fundamentações da lei 10.639/03 foram tomadas como base legal na elaboração deste trabalho; e esta por sua vez, nos motiva a investigar novos estudos e práticas relacionadas à diversidade de raças e etnias. Sabemos que cada escola tem sua realidade, possui lacunas na formação e na utilização dos conteúdos do currículo, mas o objetivo deste trabalho não consiste em criticar se a escola conhece ou não as leis e as diretrizes, antes de repudiar a ausência da prática pedagógica com conhecimentos da cultura afro-brasileira é preciso orientá-la, se dispor a ajudar e contribuir, pois a educação de qualidade se constrói com a aproximação e a relação estreita relação entre teoria e prática. Os professores, as professoras, o gestor, a coordenadora e a secretária da escola, participaram respondendo um questionário sobre a importância de estabelecer o ensino da cultura afro-brasileira na escola, as respostas foram coerentes demonstrando compromisso com a formação dos estudantes.

Historicamente, o modelo educacional brasileiro supervalorizou as contribuições culturais europeias em detrimento de culturas socialmente representadas, como sendo “de menor valor”, como a negra e a indígena. Observamos que na maioria das vezes é feita pouca referência da cultura africana nos livros didáticos, e quando estes se referem à história e trajetória da cultura afro-brasileira, muitas vezes acontece de forma distorcida. Além de ser reservado um pouco espaço, algumas representações de senso comum são reproduzidas de maneira desvirtuada, estereotipadas, negativa, revelando o desconhecimento sobre a África.

É comum a ideia de que a África é um país dotado de fragilidades, negativas e histórico de sofrimento e atitudes de desrespeito, exploração e muito pouco ênfase à verdadeira importância do povo negro. Por outro lado, existe uma necessidade urgente da

melhor formação dos docentes para o trabalho com estes conteúdos, é preciso que as ideias dos livros didáticos sejam apresentadas de modo que fortaleçam os grupos étnicos negros, e não ao contrário.

É de grande importância que os professores conheçam a Lei 10.639/03 e considerem a importância da aplicabilidade da mesma no cotidiano escolar e durante as aulas, os profissionais devem realizar estudos e leituras com os alunos tratando do tema, mas devem ter cautela ao tratar da temática da história afro-brasileira e africana em sala de aula, pois sabemos que alguns materiais didáticos das escolas são carentes neste aspecto, as pesquisas e conhecimentos podem ser discutidos concretizados por meio de fontes de internet. As condições citadas nas Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico Raciais acendem luzes em campos que antes não enxergavam as etnias mais fragilizadas, as mais recriminadas, que de maneira agressiva escondia de baixo dos tapetes a verdadeira história do povo negro e de tantas outras etnias que antes não tinha espaço na sociedade, a não ser que fosse para ser citada como inferior. Infelizmente assim acontecia, mas hoje temos a oportunidade de interferir neste quadro e aos poucos reformulá-lo com força, muitos estudos e approfondimentos.

As condições materiais de negatividade e de subtração à importância que o povo negro sofria, não aconteciam somente nos ambientes acadêmicos, de acordo com fatos vivenciados em nosso cotidiano as ações de preconceito são vivenciadas no cotidiano daqueles que pertencem a este grupo étnico, e que hoje luta pela mudança das ações grosseiras, preconceituosas e discriminatórias que a sociedade atual insiste em permanecer praticando. O respeito mútuo eleva a autoestima dos alunos, e faz com que estes tenham objetivos e confiança em seus sonhos para o futuro, é claro que necessitamos cada vez mais de políticas públicas de reparação e fortalecimento da oferta do conhecimento na escola para o desenvolvimento integral do aluno, rumo à formação de cidadãos conhecedores dos seus direitos na sociedade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é necessário condições para que o aluno alcance seus objetivos:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os

requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (Diretrizes p. 12)

Compreendemos que é preciso predominar nas escolas o respeito às etnias ofertadas e potencializadas por meio de práticas pedagógicas mais direcionadas à valorização de todos, seja branco, negro ou mestiço, não importando a cor nem o pertencimento, o que realmente importa é a predominância do respeito.

Quando nos referimos aos meios que contribuem para o fortalecimento da educação no país não poderíamos deixar de citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são constituídos por um conjunto de conteúdos de extrema relevância para o desempenho dos alunos e das escolas de modo geral. Estes permitem aos estudantes se perceberem como integrantes e agentes transformadores do ambiente, identificando seus elementos e interações possíveis, contribuindo para melhorá-los e possibilitando desenvolver a confiança nas próprias capacidades físicas e mentais; considerando o conhecimento cultural, de acordo com diferentes linguagens existentes neste país tão plural e diverso, composto por diversas fontes de informação que propõem o questionamento da realidade, principalmente das étnicas.

Como citado na introdução deste trabalho, não existe a elaboração de um projeto como este, sem a utilização de uma fonte principal, uma vez que se trata de etnias e práticas pedagógicas relacionadas a elas. Portanto, é inegável a importância das contribuições propostas na implementação das leis para inclusão da temática História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, contudo convém lembrar que a criação desta lei, é resultado de muita luta e alteração positiva da realidade vivenciada. Para a concretização das propostas presentes na Lei 10.639/03, os cursos de formação de professores trouxeram uma nova forma de registro da História do Negro no Brasil, recuperando e valorizando a contribuição do negro no processo de formação do país. Esta nova forma de apresentar a história do negro no Brasil se traduz, sobretudo, na forma como a África e os afrodescendentes são representados.

Durante a elaboração deste trabalho, identificamos que muitas são as diretrizes e os parâmetros que buscam o desenvolvimento do aluno por meio de práticas pedagógicas direcionadas para o respeito às diferenças. Concomitante com o que foi dito, o conteúdo das Organizações das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO, 2004), apresenta um paradigma educativo não tradicional, quando afirma que a educação deve ser concebida, mas a aprendizagem não pode ser compreendida como um processo difícil. É preciso desenvolver

ações pedagógicas transparentes, constituídas por informações significativas e importantes para a formação do aluno; baseado num modelo centrado nas competências do mesmo. Em contraste com o paradigma tradicional, o novo paradigma educacional concebe a aprendizagem como um processo natural, colaborativo, ativo e multidirecional, que é fortalecido pelas habilidades, interesses e cultura dos alunos pela interferência e papel importantíssimo que o professor e a escola possuem juntos. Não se aceita mais conteúdos com o mínimo de veracidade, nossos alunos precisam conhecer o real, o verdadeiro, o importante e essencial das contribuições que povo negro construiu e continua construindo a cada dia.

Como citamos anteriormente esses objetivos tendem a acontecer a partir da formação de professores, como a que acontece nesta especialização, não afirmando que a conclusão de nossas atividades acadêmicas seja o fim dos estudos, sabemos que são indispensáveis para uma educação de qualidade, porém inacabadas, pois o professor é um pesquisador, precisa estar em contato com as inovações e os avanços a benefício dos seus alunos assim como para todos os outros que fazem parte da esfera escolar.

Por onde quer que o aluno circule na escola, está convivendo diretamente com profissionais que precisam saber educar para a vida, não é só o professor que educa, todos da escola têm uma contribuição na formação humana do aluno, e este aluno necessita de ensinamentos que interfira positivamente na vida dentro e fora da escola.

OS RECURSOS E AS OBRAS LITERÁRIAS QUE FORTALECEM A VALORIZAÇÃO DO PERSONAGEM NEGRO E DA CULTURA AFRICANA

No primeiro momento deste trabalho, apontamos alguns desafios a serem combatidos nas escolas, entre estes se destacam práticas e atitudes de racismo e preconceitos que ferem a autoestima dos alunos, de acordo com seu pertencimento étnico, e em especial tratamos nestas produções a raça negra, considerando que este é o foco do nosso trabalho.

Se fôssemos apresentar os meios e métodos pelo qual o professor pode utilizar para desenvolver a aula com seus alunos certamente estes recursos não seriam poucos, neste trabalho o nosso instrumento é o livro de Literatura Infantil, porém o professor pode utilizar outros materiais como: Mapas, globos, modelos de mapas, maquete, e gráficos; Álbum seriado, cartazes, fotografias, mural, desenhos e criações; Museus, objetos, Músicas, vídeos, filmes, computador, data show slides, televisão, DVD, desenhos, folders, gravuras, histórias em quadrinhos, ilustrações, jornais, livros e revistas, varal didático, entre outros meios que

fortalece as formas de vivenciar uma boa aula e estabelecer a aprendizagem de maneira lúdica, atraente e convidativa. Além destes, ainda existe uma rica lista de livros de Literatura Infantil, que tem como foco principal o personagem negro, sua realidade de luta e respeito; pois para contar a história do negro não é preciso falar apenas da escravidão, este fator fez parte da história, mas não se limita apenas a isso, a própria cultura afro-brasileira é riquíssima, pode e deve ser muito bem abordada.

O favorável após esta lei é que houve uma consolidação no mercado editorial brasileiro de editoras especializadas em livros voltados para a temática que diz respeito mais especificamente aos personagens negros. De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, apresenta um item que diz respeito às Ações Educativas de combate ao racismo e as discriminações, defendendo que os sistemas de ensino deve, entre outros tópicos, providenciar:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atenda ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, aborde a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrija as distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – (Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares - PNBE Pag. 25)

No contexto atual da educação brasileira, o educador e a escola, de modo geral cada vez mais vêm se distanciando das afirmações de que não existe material didático para se concretizar as leis e diretrizes que visam à efetivação das práticas da educação étnico-racial, muito embora exista a necessidade de se desenvolver na escola práticas pedagógicas relacionadas com os propósitos legais, no que se refere ao respeito às etnias.

Esta necessidade de produção de material didático específico para trabalhar em sala de aula, vem se adaptando aos vários graus e às diversas faixas etárias da população escolar brasileira. As obras literárias existem e são entregues às escolas para uso em sala de aula, porém não querendo generalizar e dizer que todos os casos são assim o que acontece é a falta de conhecimento por parte de alguns educadores, gestores ou coordenadores, ao manusear estes materiais e estabelecer o ensino e aprendizagem com base no respeito às raças. Uma das ferramentas no trabalho em sala de aula, que encanta, educa e ensina os alunos de maneira prazerosa, é a utilização de obras literárias. São lendas, contos africanos e histórias com

personagens infantis, que compõem um vasto acervo bibliográfico para proporcionar aos alunos uma aula com ensinamentos na história e cultura afro-brasileira.

Nas aulas ministradas na Especialização Étnico Racial, ofertada pela UEPB (2014/2015), tivemos a oportunidade de conhecer inúmeros livros, ler muitas obras e até desejar possuir os vários acervos existentes. De acordo com o livro da professora, Ana Cristina Marinho (2014), que foi lançado e intitulado: Índios e negros na literatura infantil e juvenil brasileira, com um Catálogo de obras literárias de personagens negros e indígenas, se torna possível traçar caminhos para a busca de conhecimento relacionado ao tema, e logo nas primeiras páginas surpreende citando Benedito Antunes (2003) :

[...] aquela que emancipa, isto é, proporciona o verdadeiro prazer estético, com variantes emocionais, expressivos e críticas capazes de se transformar em conhecimento. Dessa perspectiva, a literatura com fins pedagógicos explícitos, voltados para a transmissão de determinado saber pontual, em geral orientado por uma visão ideológica, representaria o oposto da boa literatura.

(ANTUNES, 2013 p 13)

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Étnico, torna-se possível perceber que a ação pedagógica e o uso da literatura infantil com personagens negros, promove a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que educam cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, contribuindo para a construção de uma nação democrática e igualitária, que valoriza e respeita as diversidade étnico racial.

A literatura Infantil deve estar de acordo com políticas de reparações, de reconhecimento e valorização da história, da cultura, e principalmente da nossa identidade, fundada em dimensões históricas, sociais, de acordo com a realidade brasileira, para fins do combate ao racismo e diminuição acelerada das discriminações aos negros. O estudo da história afro-brasileira e africana em sala de aula deve fortalecer a proposta contra a discriminação sofrida por crianças negras de diferentes idades no cotidiano escolar. Para contribuir com o trabalho docente existem várias sugestões de livros infant-o-juvenis, que podem ser compartilhados, tanto na Educação Infantil como no Ensino Fundamental. Ao trabalhar a temática com os alunos, também se torna possível desenvolver atividades que envolvam a família, e a comunidade; levando o conhecimento do tema a outros lugares e pessoas de convívio da criança ou adolescente.

CONSIDERAÇÕES

A Educação Étnico-Racial nos permite uma importante mudança nos papéis tradicionalmente assumidos por professores e estudantes, pois o professor deixa de ser o transmissor de conteúdos e passa a estimular a construção colaborativa de conhecimento, com a qual os alunos também contribuem com suas próprias experiências. A identificação étnico-racial é um processo transversal, que ocorre a professores e alunos, e por isso temos a possibilidade de acionar este aspecto na formação de ambos, aproveitando os benefícios dados por este novo paradigma educacional.

A articulação da Educação Étnica Racial aos temas relacionados à pluralidade cultural contribui para a modificação do currículo escolar, tanto no que se refere aos conteúdos, como para o cultivo de novas práticas pedagógicas. Cabe aos educadores, introduzir elementos facilitadores, que contribuam para facilitar o relacionamento e o convívio social entre os indivíduos, para que estes se tornem conhecedores do seu papel na sociedade, e da sua importância no seu contexto social; enquanto pessoa de direitos, que busca a erradicação de ações discriminatórias do preconceito étnico-racial.

3. REFERÊNCIAS

BARROS, Zelinda. **À distância revelando o “outro”: Educação a distância (ead) e o ensino de história e cultura afro-brasileiras**; Ano 5, v. 10, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, 2003

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 23 ed. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra; ano 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra; ano 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra; ano 1999.

_____. **Lei nº 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 10.639 de Janeiro de 2003**.

LI MA, Helóisa Hres. **Histórias da Preta**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005.

LOPES, Ana Mônica. **História da África: uma introdução**. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

MARI NHQ Ana Gristina. **Índios e negros na literatura infantil/ juventude brasileira (catálogo de obras)** João Pessoa : Ideia, 2004

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo Contexto, 2007.

MUNANGA, Kabengele: **Superando o racismo na escola** 2ª edição revisada – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 201.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro 2 Ed. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício: **Memórias da África: A África tradicional. A temática Africana em sala de aula.** SP: Cortez 2007

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício: **Memórias da África: Temática Africana em sala de aula.** SP: Cortez 2007